

SICOOB SUL

COOPERATIVA DE CRÉDITO DO SUL DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 32.467.086/0001-53

 **SICOOB**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1º SEMESTRE DE 2023



Relatório da Administração

Bem-vindos, filiações e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2023 da Cooperativa de Crédito Sul do Espírito Santo - Sicoob Sul. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (<https://www.comunidadesicoob.com.br/relacao-com-o-associado/documentos/>)

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a Sicoob Sul e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números em milhares de reais a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O Sicoob Sul é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

3.1 Classificação Fitch Ratings

A Fitch Ratings afirmou em 29 de Agosto de 2022 a classificação de risco do Sicoob Sul, atribuindo no curto prazo a nota F1+(bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo a classificação obtida foi AA-(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 90,03% nos níveis de "AA" a "C".



5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

O Sicoob Sul, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Sicoob.

No primeiro semestre de 2023, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 115 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessas demandas, 50 foram classificadas procedentes e com exceção de 2 ocorrências, todas as demais foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As demais foram classificadas como improcedentes, todas as demais foram respondidas dentro do prazo legal.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados Consolidados

8.1) Resultado

Em Milhares R\$

Demonstração do Resultado do Período	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Variação %
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	63.433	71.406	(11,17)
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	36.890	33.972	8,59
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.722	7.705	(51,69)



Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	33.265	27.310	21,81
Receitas com Ato Não Cooperativo	9.550	8.112	17,73
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	57.098	45.008	26,86
Despesas Tributárias	760	580	31,03
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	12.385	7.014	76,58
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	72.944	37.760	93,18
Juros ao Capital	15.736	11.278	39,53
Resultado	84.365	60.980	38,35

Contribuíram para compor o Resultado do primeiro semestre de 2023:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 21,81 em relação ao mesmo período de 2022.

A provisão do Juros ao Capital no primeiro semestre de 2023 foi de R\$ 15.736mil, 39,53% superior ao mesmo período do ano anterior.

A Receita de Ingressos de Depósitos Intercooperativos aumentou 93,18% no primeiro semestre de 2023 quando comparado a 2022.

O Resultado da Cooperativa teve um aumento de 38,35% em relação a 2022, atingindo um total de R\$84.365 mil ao final do primeiro semestre de 2023.

8.2) Dados Patrimoniais

Em Milhares R\$

Balço Patrimonial	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Varição %
Ativos Totais	3.058.980	2.272.658	34,60
Centralização Financeira	1.303.161	771.417	68,93
Carteira de Crédito	1.664.058	1.431.957	16,21
Depósitos	1.788.826	1.358.341	31,69
Patrimônio Líquido	610.455	495.254	23,26
Patrimônio de Referência (PR)	572.294	464.329	23,25

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no primeiro semestre de 2023:

O total de ativos atingiu superou a marca dos 3 bi de ativo atingindo a marca de R\$ 3.058.980 mil ao final do primeiro semestre de 2023, com crescimento de 34,60% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiram em 30/06/2023 o saldo de R\$1.303.161 mil, crescimento de 68,93% em relação a 30 de junho de 2022.

Em 30 de junho de 2023 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$1.664.058 mil, com crescimento de 16,21% em relação a 30 de junho de 2022.

Os depósitos obtiveram um aumento de 31,69% considerando o mesmo período de 2022, atingindo no final do primeiro semestre de 2023 o montante de R\$ 1.788.826 mil.

O patrimônio líquido cresceu 23,26% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$610.455 mil.

8.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	30/06/2023			30/06/2022			Varição	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	182.571	44.014	226.585	116.739	29.431	146.170	80.415	55,01
Crédito Comercial	211.403	1.226.070	1.437.473	181.617	1.104.170	1.285.787	151.686	11,80
Total	393.974	1.270.084	1.664.058	298.356	1.133.601	1.431.957	232.101	16,21



9. Pessoas

Concluímos o primeiro semestre com 112 mil cooperados, crescimento de 23,03% em relação ao mesmo período do de 2022. As pessoas e empresas estão encontrando no Sicoob Sul e serviços de qualidade a custos justos, corroborando a eficácia do sistema de crédito cooperativo na inclusão financeira, redução da concentração bancária e do *spread* de crédito concedido pelas instituições financeiras brasileiras.

Contávamos com 345 colaboradores no final do primeiro semestre de 2023. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$19.792 mil no primeiro semestre de 2023.

10. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

11. Código de Ética

Todos os integrantes das equipes do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

12. Tecnologia

Acompanhando as tendências do mercado financeiro, o Centro Corporativo Sicoob teve grandes investimentos em Tecnologia da Informação em 2023 buscando maior competitividade e comodidade para os Associados do Sistema Sicoob. As transações financeiras realizadas nos canais digitais representaram a maioria dos atendimentos do Sicoob ES, contribuindo para maior comodidade, agilidade para o cooperado e menores custos operacionais para as Cooperativas.

Agradecemos às nossas filiadas pela confiança e aos empregados pela dedicação.

Cachoeiro de Itapemirim, 14 de julho de 2023.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanco Patrimonial

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	Notas	30/06/2023	31/12/2022
ATIVO			
DISPONIBILIDADES	4.	22.796	15.681
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.106.713	2.724.897
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	12.862	25.595
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	92.861	68.060
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	6.b	(154)	-
Relações Interfinanceiras		1.303.210	1.022.881
Centralização Financeira	7.	1.303.161	1.022.881
Outras Relações Interfinanceiras	8.	49	-
Operações de Crédito	9.	1.664.058	1.579.443
Outros Ativos Financeiros	10.	33.876	28.918
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(102.045)	(101.805)
(-) Operações de Crédito	9.e	(94.822)	(94.937)
(-) Outras	10.1.a	(7.223)	(6.868)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	11.	1.708	1.065
OUTROS ATIVOS	12.	13.245	11.745
IMOBILIZADO DE USO	13.	34.077	32.797
INTANGÍVEL	13.	998	983
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	13.	(18.512)	(17.193)
TOTAL DO ATIVO		3.058.980	2.668.170
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.058.980	2.668.170
DEPÓSITOS	14.	1.788.826	1.560.550
Depósitos à Vista		617.719	577.272
Depósitos Sob Aviso		26.165	24.561
Depósitos a Prazo		1.144.942	958.717
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		588.059	506.345
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15.	372.046	316.684
Relações Interfinanceiras		191.324	147.062
Repasse Interfinanceiros	16.a	191.324	147.062
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.b	22.000	22.000
Outros Passivos Financeiros	17.	2.689	20.599
PROVISÕES	18.	8.334	7.977
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19.	1.544	2.830
OUTROS PASSIVOS	20.	61.762	39.897
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		610.455	550.571
CAPITAL SOCIAL	22.	263.008	233.478
RESERVAS DE SOBRAS	22.	278.818	278.818
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	23.	68.629	38.275
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.058.980	2.668.170

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Sobras ou Perdas

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		234.489	163.547
Operações de Crédito	9.h	159.853	124.070
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	7.1	72.944	37.760
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	1.381	1.708
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.c	311	9
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(135.002)	(88.353)
Operações de Captação no Mercado	14.d	(90.553)	(50.478)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.c	(7.559)	(3.903)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9.i	(36.890)	(33.972)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		99.487	75.194
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(12.116)	(10.261)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25.	15.944	12.300
Rendas de Tarifas	26.	17.321	15.010
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27.	(19.792)	(15.434)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28.	(28.188)	(24.517)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29.	(760)	(580)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30.	12.477	8.017
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31.	(9.118)	(5.057)
PROVISÕES	32.	(245)	(1.068)
Provisões/Reversões para Contingências	32.1	1	(337)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	32.2	(246)	(731)
RESULTADO OPERACIONAL		87.126	63.865
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33.	(92)	(1.003)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		87.034	62.862
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	20.c	(2.669)	(1.882)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		84.365	60.980
JUROS AO CAPITAL	24.	(15.736)	(11.278)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		68.629	49.702

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		84.365	60.980
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		84.365	60.980

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021	198.156	(1.580)	223.160	2.280	30.482	452.498
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	(341)	(341)
Distribuição de sobras para associados	30.141	-	-	-	(30.141)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	4.796	(2.531)	-	-	-	2.265
Por Devolução (-)	(8.840)	-	-	-	-	(8.840)
Estorno de Capital	(50)	-	-	-	-	(50)
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	20	-	20
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	60.980	60.980
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(11.278)	(11.278)
Saldos em 30/06/2022	224.203	(4.111)	223.160	2.300	49.702	495.254
Saldos em 31/12/2022	237.987	(4.509)	276.211	2.607	38.275	550.571
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	(336)	(336)
Distribuição de sobras para associados	37.939	-	-	-	(37.939)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.204	61	-	-	-	2.265
Por Devolução (-)	(10.640)	-	-	-	-	(10.640)
Estorno de Capital	(34)	-	-	-	-	(34)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	84.365	84.365
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(15.736)	(15.736)
Saldos em 30/06/2023	267.456	(4.448)	276.211	2.607	68.629	610.455

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	30/06/2023	30/06/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	87.034	62.862
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	(5.335)	(2.751)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	36.890	33.972
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	246	731
Provisões/Reversões Não Operacionais	237	1.155
Provisões/Reversões para Contingências	(1)	337
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	25	4
Depreciações e Amortizações	1.846	1.370
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	120.942	97.680
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.662	283
Títulos e Valores Mobiliários	(19.285)	(9)
Relações Interfinanceiras	(49)	(61)
Operações de Crédito	(116.043)	(243.004)
Outros Ativos Financeiros	(10.180)	(6.317)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(643)	(553)
Outros Ativos	(1.737)	(2.556)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		
Depósitos à Vista	40.447	(7.465)
Depósitos sob Aviso	1.604	(596)
Depósitos a Prazo	186.225	19.530
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	55.362	118.231
Relações Interfinanceiras	44.262	9.207
Outros Passivos Financeiros	(17.910)	(8.742)
Provisões	112	41
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(1.286)	(178)
Outros Passivos	3.460	(1.034)
Outras Destinações	(336)	(341)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	295.607	(25.884)
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo	2.461	1.199
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo	2.874	1.552
Aquisição de Intangível	(16)	(75)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.832)	(1.194)
Aquisição de Investimentos	(5.361)	(12.175)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.874)	(10.693)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	2.265	2.265
Devolução de Capital aos Cooperados	(10.640)	(8.840)
Estorno de Capital	(34)	(50)
Reversão/Realização de Reservas	-	20
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(8.409)	(6.605)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	285.324	(43.182)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.040.633	832.790
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	1.325.957	789.608
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	285.324	(43.182)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL**, doravante denominado **SICOOB SUL**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **12/09/1989**, filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB SUL, sediado à **AVENIDA DOUTOR ARISTIDES CAMPOS, Nº 355, BASILÉIA, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES**, possui 39 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: CASTELO - ES, VARGEM ALTA - ES, ALEGRE - ES, SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES, RIO NOVO DO SUL - ES, BOM JESUS DO NORTE - ES, GUAÇUÍ - ES, MARATAÍZES - ES, PRESIDENTE KENNEDY - ES, MIMOSO DO SUL - ES, ITAPERUNA - RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ, MACAÉ - RJ, RIO DAS OSTRAS - RJ, JERÔNIMO MONTEIRO - ES, ITAOCARA - RJ, CABO FRIO - RJ, ARARUAMA - RJ, MARICÁ - RJ, SÃO PEDRO DA ALDEIA - RJ, SAQUAREMA - RJ, ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - RJ, CASIMIRO DE ABREU - RJ, RIO DE JANEIRO - RJ, NOVA IGUAÇU - RJ.

O SICOOB SUL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 29 de agosto de 2022 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1+(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é AA-(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº



130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional* – CMN, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional* – COSIF, consoante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em 14/07/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no primeiro semestre de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 354, de 16 de fevereiro de 2023**, que trata dos detalhes do documento COS 4111 - Saldos Contábeis Diários. O impacto principal envolveu desenvolvimento de sistema apto para geração do arquivo no leiaute exigido pelo BCB, bem como adequações nas rotinas de conciliação contábil. O documento passou a ser remetido ao órgão a partir da data-base 1º/6/2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:



- i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023: estabelece procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

2.3 Dispensa de auditoria independente das demonstrações financeiras de 30 de junho

De acordo com o disposto no inciso III do parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 4910 do Banco Central, datada de 27/05/2021, as cooperativas de crédito singulares estão dispensadas da realização de auditoria independente nas demonstrações financeiras referentes à data-base de 30 de junho.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa



Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho



como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

o) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

q) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme previsto no caput do art. 193 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).



u) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2023 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros

O SICOOB SUL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2023.

aa) COVID19 nas demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 30/06/2023 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

4. Disponibilidades

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)	22.796	15.681
Caixa	22.663	15.522
Depósitos Bancários	133	159



Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	1.303.161	1.022.881
Centralização financeira	1.303.161	1.022.881
Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias (c)	-	2.071
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	2.071
Total	1.325.957	1.040.633

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL ES** conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

(c) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – até 90 dias	-	2.071
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Circulante	4.175	15.372
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não-Circulante	8.687	8.152
TOTAL	12.862	25.595

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.381	1.708
TOTAL	1.381	1.708

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Total de Títulos e Valores Mobiliários	3.454	15.985	19.439	-	-	-
Títulos de Renda Fixa	3.454	15.985	19.439	-	-	-
Total de Participações de Cooperativas	-	73.422	73.422	-	68.060	68.060
Participação Em Cooperativa Central de Crédito – Sicoob Central ES (I)	-	56.361	56.361	-	53.487	53.487
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito – Banco Sicoob (II)	-	17.061	17.061	-	14.573	14.573
TOTAL	3.454	89.407	92.861	-	68.060	68.060

(I) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no primeiro semestre de 2023 no valor de R\$ 2.874 mil. (No mesmo período de 2022 – R\$ 1.552 mil).



(II) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos no primeiro semestre de 2023 de R\$ 2.461 mil (No mesmo período de 2022 foi de R\$ 1.199 mil).

A partir de 01/07/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020.

b) Provisões para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(39)	(115)	(154)	-	-	-
TOTAL	(39)	(115)	(154)	-	-	-

c) Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, registrados em contrapartida à receita de “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	465	9
(-) Desvalorização de Títulos Livres	(154)	-
TOTAL	311	9

7. Centralização Financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos depositados no Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração, onde mensalmente o resultado destas aplicações é recebido e reconhecido pela cooperativa.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Centralização Financeira - Cooperativas	1.303.161	1.022.881
TOTAL	1.303.161	1.022.881

7.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	72.944	37.760
TOTAL	72.944	37.760

8. Outras Relações Interfinanceiras

Em 30 de junho de 2023 e 31 dezembro de 2022 as obrigações com Outras Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Correspondentes no País	49	-
TOTAL	49	-

9. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	2.725	-	2.725	1.303	-	1.303



Empréstimos	514.566	383.580	898.146	421.752	474.108	895.860
Títulos Descontados	96.638	-	96.638	82.180	-	82.180
Financiamentos	161.473	278.491	439.964	145.654	271.575	417.229
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	111.801	114.784	226.585	100.835	82.036	182.871
Total das Operações Crédito	887.203	776.855	1.664.058	751.724	827.719	1.579.443
(-) Provisões para Operações de Crédito	(53.196)	(41.626)	(94.822)	(53.021)	(41.916)	(94.937)
TOTAL	834.007	735.229	1.569.236	698.703	785.803	1.484.506

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total 30/06/2023	Provisões 30/06/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA	- Normal	33.263	1.473	15.554	21.350	71.640	-	78.048	-
A	0,5% Normal	129.573	7.675	103.755	115.576	356.579	(1.783)	380.563	(1.903)
B	1% Normal	267.272	5.928	104.583	46.607	424.390	(4.244)	438.292	(4.383)
B	1% Vencidas	4.397	96	244	-	4.737	(47)	1.016	(10)
C	3% Normal	384.728	20.495	195.086	35.663	635.972	(19.079)	517.064	(15.512)
C	3% Vencidas	3.652	465	636	-	4.753	(142)	7.716	(231)
D	10% Normal	47.277	5.800	12.245	5.812	71.134	(7.113)	65.832	(6.583)
D	10% Vencidas	4.700	819	1.183	-	6.702	(670)	5.122	(512)
E	30% Normal	17.380	1.609	937	914	20.840	(6.252)	14.544	(4.363)
E	30% Vencidas	5.427	983	445	-	6.855	(2.057)	5.468	(1.640)
F	50% Normal	6.726	731	334	138	7.929	(3.964)	5.222	(2.611)
F	50% Vencidas	2.630	591	73	108	3.402	(1.701)	4.214	(2.107)
G	70% Normal	1.321	222	215	-	1.758	(1.231)	1.335	(935)
G	70% Vencidas	2.136	469	153	-	2.758	(1.930)	2.868	(2.008)
H	100% Normal	7.945	1.299	955	417	10.616	(10.616)	12.226	(12.226)
H	100% Vencidas	27.244	3.183	3.566	-	33.993	(33.993)	39.913	(39.913)
Total Normal		895.485	45.232	433.664	226.477	1.600.858	(54.282)	1.513.126	(48.516)
Total Vencidos		50.186	6.606	6.300	108	63.200	(40.540)	66.317	(46.421)
Total Geral		945.671	51.838	439.964	226.585	1.664.058	(94.822)	1.579.443	(94.937)
Provisões		(69.342)	(7.793)	(14.178)	(3.509)	(94.822)		(94.937)	
Total Líquido		876.329	44.045	425.786	223.076	1.569.236		1.484.506	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	2.725	-	-	2.725
Cheque Especial/Conta garantida	49.113	-	-	49.113
Empréstimos	121.910	343.543	383.580	849.033
Títulos Descontados	89.183	7.455	-	96.638
Financiamentos	43.310	118.163	278.491	439.964
Financiamentos Rurais	20.004	91.797	114.784	226.585
TOTAL	326.245	560.958	776.855	1.664.058



d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2023	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	322.099	92.877	1.519	416.495	25
Setor Privado - Indústria	53.108	27.949	-	81.057	5
Setor Privado - Serviços	499.363	223.219	607	723.189	43
Pessoa Física	117.435	93.968	182.571	393.974	24
Outros	5.504	1.951	41.888	49.343	3
TOTAL	997.509	439.964	226.585	1.664.058	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	94.937	69.738
Constituições	36.563	75.831
Transferência para prejuízo	(36.678)	(50.632)
TOTAL	94.822	94.937

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	30/06/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	77.113	4%	74.908	5%
10 Maiores Devedores	280.220	15%	282.493	18%
50 Maiores Devedores	519.083	27%	504.923	32%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	179.759	141.964
Valor das operações transferidas no período	36.678	50.632
Valor das operações recuperadas no período	(3.722)	(10.839)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(644)	(1.998)
TOTAL	212.071	179.759

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.122	1.150
Rendas de Empréstimos	97.484	72.952
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	9.934	6.653
Rendas de Financiamentos	38.872	30.262
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	3.072	1.777
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.025	1.082
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.015	1.096
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	2.428	1.262
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	179	131
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	3.722	7.705
TOTAL	159.853	124.070

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES.



i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(55.164)	(48.836)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	23.853	18.255
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(6.014)	(3.901)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	435	510
TOTAL	(36.890)	(33.972)

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa são determinadas pela variação dos saldos de provisão para tais créditos, de acordo com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21 de dezembro de 1999, levando em consideração a classificação de risco das operações de crédito concedidas. Estas variações ocorrem em virtude do plano de pagamento e na concessão de novas operações de crédito.

10. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	9.521	-	9.521	8.416	-	8.416
Rendas a Receber (b)	16.185	-	16.185	13.154	-	13.154
Rendas Serviços arrecadação de convênios	2.395	-	2.395	1.530	-	1.530
Rendas da Centralização da Adm. Financeira	13.527	-	13.527	11.284	-	11.284
Outras Rendas a Receber	263	-	263	340	-	340
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	258	2.318	2.576	240	2.163	2.403
Títulos e Créditos a Receber (d)	2.927	-	2.927	2.403	-	2.403
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	2.667	2.667	-	2.542	2.542
Pis - Depósito Judicial	-	420	420	-	411	411
Cofins - Depósito Judicial	-	1.962	1.962	-	1.922	1.922
Pis Folha - Depósito Judicial	-	65	65	-	-	-
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	51	51	-	39	39
Outros	-	169	169	-	170	170
TOTAL	28.891	4.985	33.876	24.213	4.705	28.918

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Devedores por compra de Valores e Bens: Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas.

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

10.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.



a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(7.146)	-	(7.146)	(6.796)	-	(6.796)
Outros Créditos com Carac. de Concessão de Crédito	(8)	(69)	(77)	(7)	(65)	(72)
TOTAL	(7.154)	(69)	(7.223)	(6.803)	(65)	(6.868)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2023	Provisões 30/06/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
C	3%	Normal	-	2.575	2.575	(77)	2.403	(72)
E	30%	Normal	877	-	877	(263)	620	(186)
E	30%	Vencidas	1.555	-	1.555	(467)	973	(292)
F	50%	Normal	129	-	129	(64)	79	(40)
F	50%	Vencidas	750	-	750	(375)	497	(249)
G	70%	Normal	97	-	97	(68)	71	(50)
G	70%	Vencidas	680	-	680	(476)	652	(456)
H	100%	Normal	280	-	280	(280)	185	(184)
H	100%	Vencidas	5.153	-	5.153	(5.153)	5.339	(5.339)
Total Normal			1.383	2.575	3.958	(752)	3.358	(532)
Total Vencidos			8.138	-	8.138	(6.471)	7.461	(6.336)
Total Geral			9.521	2.575	12.096	(7.223)	10.819	(6.868)
Provisões			(7.146)	(77)	(7.223)	-	(6.868)	
Total Líquido			2.375	2.498	4.873	-	3.951	

11. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo Negativo de IRPJ - Exercícios Anteriores	687	-	687	687	-	687
Saldo Negativo de CSLL - Exercícios Anteriores	324	-	324	324	-	324
Iss - Imposto S/ Serviço	4	-	4	4	-	4
Contribuição Social- Antecipações	203	-	203	-	-	-
IRPJ- Antecipações	421	-	421	-	-	-
IOF a Compensar	-	-	-	2	-	2
Valores a Restituir - PERDCOMP	3	62	65	-	46	46
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	4	-	4	2	-	2
TOTAL	1.646	62	1.708	1.019	46	1.065

12. Outros Ativos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	821	-	821	197	-	197



Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	65	-	65	31	-	31
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	126	-	126	125	-	125
Pagamentos a Ressarcir	2.067	-	2.067	1.759	-	1.759
Devedores Diversos - País	106	-	106	392	-	392
Material em Estoque	59	-	59	41	-	41
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Receb. (a)	1.690	10.227	11.917	2.892	8.674	11.566
(-) Prov. Desv. Ativos não Financ. Mantidos para Venda – Recebidos (b)	(237)	(2.535)	(2.772)	(1.553)	(982)	(2.535)
Despesas Antecipadas (c)	856	-	856	169	-	169
Prêmios de Seguros	106	-	106	64	-	64
IPTU	107	-	107	-	-	-
Software	249	-	249	73	-	73
Sisol	145	-	145	12	-	12
Outras Despesas Antecipadas	249	-	249	20	-	20
TOTAL	5.553	7.692	13.245	4.053	7.692	11.745

(a) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

13. Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	472	1.492	
Terrenos	379	379	
Instalações	17.543	16.117	4-25%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(9.443)	(8.524)	
Mobiliários	4.045	3.824	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(2.038)	(1.893)	
Máquinas	149	145	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(96)	(93)	
Aparelhos de Refrigeração	1.752	1.637	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(877)	(808)	
Equipamentos de Processamento de Dados	7.035	6.838	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(3.889)	(3.848)	
Alarme	77	67	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(27)	(24)	
Cabines de Segurança	523	503	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(270)	(250)	
Armas e Equipamentos	903	854	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(415)	(375)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	389	375	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(227)	(218)	
Equipamentos de Comunicação	351	347	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(214)	(203)	
Veículos	459	219	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(243)	(219)	
Software e Direito de Uso (b)	998	983	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(773)	(738)	



Total Imobilizado de Uso	34.077	32.797	
Total Intangível	998	983	
Total Depreciação/Amortização	(18.512)	(17.193)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2023 foi de R\$ 1.846 mil (no primeiro semestre de 2022- R\$ 1.370 mil).

14. Depósitos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	617.719	-	617.719	577.272	-	577.272
Depósito Sob Aviso (b)	26.165	-	26.165	24.561	-	24.561
Depósito a Prazo (b)	1.144.538	404	1.144.942	958.410	307	958.717
TOTAL	1.788.422	404	1.788.826	1.560.243	307	1.560.550

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	38.865	2%	32.707	2%
10 Maiores Depositantes	175.249	8%	168.197	9%
50 Maiores Depositantes	415.740	19%	398.458	21%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.605)	(1.428)
Despesas de Depósitos a Prazo	(66.590)	(40.060)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(7.575)	(4.045)
Despesas de Letras De Crédito do Imobiliário	(13.291)	(3.849)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.492)	(1.096)
TOTAL	(90.553)	(50.478)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos



imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI (a)	228.602	4.215	232.817	91.048	114.583	205.631
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA (b)	77.520	61.709	139.229	42.096	68.957	111.053
TOTAL	306.122	65.924	372.046	133.144	183.540	316.684

(a) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

(b) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total
Recursos do Banco Sicoob	95.184	93.846	189.030	84.038	59.431	143.469
Recursos da Central ES	2.294	-	2.294	3.593	-	3.593
TOTAL	97.478	93.846	191.324	87.631	59.431	147.062

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central ES - Rotativo	22.000	-	22.000	22.000	-	22.000
TOTAL	22.000	-	22.000	22.000	-	22.000

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Repasses Interfinanceiros		
Despesas com Empréstimos Rotativo - Sicoob Central ES	(1.392)	(893)
Total Despesas de Repasses Interfinanceiros	(1.392)	(893)
Despesas com Empréstimos Rotativo		



Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	(130)	(132)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Banco Sicoob	(6.037)	(2.878)
Total Despesas com Empréstimos Rotativo	(6.167)	(3.010)
TOTAL	(7.559)	(3.903)

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Relações Interdependências	170	18.342
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	54	28
Ordens de Pagamento (b)	70	18.294
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	46	20
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)	676	611
Operações de Crédito - IOF	602	567
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	22	13
Recebimentos de Tributos Municipais	52	31
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)	1.843	1.646
TOTAL	2.689	20.599

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

18. Provisões

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (I)	5.058	589	5.647	5.134	268	5.402
Provisão Para Contingências (II)	-	2.687	2.687	-	2.575	2.575
TOTAL	5.058	3.276	8.334	5.134	2.843	7.977

(I) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	152.999	126.671
TOTAL	152.999	126.671

(II) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para



contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS (a)	420	420	411	411
COFINS (a)	1.962	1.962	1.923	1.922
PIS FOLHA (b)	65	65	-	-
Trabalhistas	100	51	70	39
Outras Contingências	140	169	171	170
TOTAL	2.687	2.667	2.575	2.542

(a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

(b) PIS FOLHA - quando da IN RFB nº 2121/2022, a cooperativa ajuizou ação judicial questionando o recolhimento do tributo, tendo em vista que inexistente lei em sentido estrito que determine o recolhimento do referido tributo pelas cooperativas de crédito.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SUL, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 557 mil. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	224	221
Impostos e Contribuições sobre Salários	928	1.203
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	76	-
IRRF sobre Aplicações Financeiras	262	322
IRRF sobre Juros ao Capital	-	1.003
Outros	54	81
TOTAL	1.544	2.830

20. Outros Passivos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	2.867	5.428
Sociais e Estatutárias	40.264	25.887
Juros sobre o Capital Social de Cooperativas (b)	15.736	-
Provisão para Participações nos Lucros (c)	3.652	3.897
Resultado de Atos com Associados (d)	13.751	15.487
Cotas de Capital a Pagar (e)	7.125	6.503
Provisão para Pagamentos a Efetuar (f)	6.597	4.991
Despesa de Pessoal	3.765	2.694
Água/Energia/Gás	32	28
Aluguéis	344	347
Custódia de Valores e Bens	45	76



Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Comunicações	61	47
Promoções E Relações Públicas	8	7
Segurança e Vigilância	20	1
Transporte	130	139
Seguro	3	8
Compensação	115	122
Seguros a Recolher	9	9
Seguros Prestamista	750	655
Provisão de Cartões a Pagar	774	316
Custos de Transações Interfinanceiras	161	189
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	100	89
Outras Despesas Administrativas	280	264
Credores Diversos – País (g)	12.034	3.591
Pagamento a Processar	711	2.395
Cooperativa Central	340	213
Valores a Pagar Arrecadação	-	5
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	28	25
Taxa de Gravame a Repassar	6	6
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	1	167
Cheques Depositados	1.676	319
Credores Diversos – Liquidação de Cobrança	7.609	7
Outros	1.663	454
TOTAL	61.762	39.897

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se a provisão para pagamento em 31 de dezembro de 2023 dos juros ao capital aos associados.

(c) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 2.669 mil no primeiro semestre de 2023 (R\$ 1.882 mil no primeiro semestre de 2022), a título de participação dos empregados nos resultados.

(d) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(e) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(f) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(g) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

21. Instrumentos Financeiros

O SICOOP SUL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

22. Patrimônio Líquido



a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Capital Social	263.008	233.478
Associados	112.237	103.526

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva Estatutária

Saldo constituída com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **28/04/2023**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 37.939 mil.

23. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	1º Sem/2023			1º Sem/2022		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	308.488	298.938	9.550	220.063	211.951	8.112
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(192.683)	(186.478)	(6.205)	(131.471)	(129.797)	(1.674)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(47.084)	(45.624)	(1.460)	(37.887)	(36.489)	(1.398)
Resultado Operacional	68.721	66.836	1.885	50.705	45.665	5.040
Receita Não Operacional	204	-	204	576	-	576
Despesa Não Operacional	(296)	-	(296)	(1.579)	-	(1.579)
Resultado Não Operacional	(92)	-	(92)	(1.003)	-	(1.003)
Resultado do Período	68.629	66.836	1.793	49.702	45.665	4.037

24. Provisão de Juros ao Capital

No primeiro semestre de 2023 a Cooperativa provisionou juros ao capital próprio no montante de R\$ 15.736 mil (R\$ 11.278 mil no primeiro semestre de 2022), com o objetivo de remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.



Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Cartões (a)	3.969	1.578
Rendas de Cobrança	2.929	2.959
Rendas Transações Intercredis	708	773
Rendas de Convênios	327	319
Rendas de prestações de Serviços - Comissões	1.377	1.354
Rendas de Tarifas	1.494	1.886
Comissão com Venda de Consórcios	1.382	812
Comissão com Venda de Seguros	3.433	2.352
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	143	189
Outras Rendas de Prestação de Serviços	182	78
TOTAL	15.944	12.300

(a) A partir de abril/2023 o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) adotou um novo modelo de negócio para a distribuição de receitas e despesas na operação de emissão dos cartões, embasado na publicação da Resolução CGOA nº 4/2022 e da Resolução CMN nº 5.051/2022 de que as cooperativas de crédito são coparticipantes do modelo de negócio de emissão.

26. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	4.329	3.596
Rendas de Serviços Prioritários - PF	515	581
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1.009	279
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	11.468	10.554
TOTAL	17.321	15.010

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(65)	(48)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.532)	(1.219)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(3.113)	(2.561)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.917)	(3.070)
Despesas de Pessoal - Proventos	(10.564)	(8.203)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	(10)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(601)	(323)
TOTAL	(19.792)	(15.434)

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(587)	(788)
Despesas de Aluguéis	(3.470)	(2.439)
Despesas de Comunicações	(864)	(679)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(564)	(379)
Despesas de Material	(354)	(392)
Despesas de Processamento de Dados	(4.032)	(3.402)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(848)	(375)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(695)	(969)
Despesas de Publicações	(23)	(34)



Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Seguros	(69)	(54)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(4.333)	(4.625)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.866)	(1.783)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.778)	(1.543)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.331)	(1.178)
Despesas de Transporte	(896)	(883)
Despesas de Viagem no País	(283)	(276)
Despesas de Amortização	(35)	(39)
Despesas de Depreciação	(1.811)	(1.331)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartorários	(1.335)	(889)
Despesas de Rateio Sicoob Central ES	(1.732)	(1.446)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(567)	(571)
Outras Despesas Administrativas	(715)	(442)
TOTAL	(28.188)	(24.517)

29. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas Tributárias	(228)	(128)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(429)	(371)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(103)	(81)
TOTAL	(760)	(580)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	1.748	1.332
Rendas de repasses Delcredere	24	56
Rendas Juros Cartão de Crédito	3.889	2.712
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	622	477
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	413	529
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	391	148
Dividendos recebidos do Banco Sicoob	2.462	1.199
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	2.874	1.552
Juros e Correções Monetária	36	-
Outras Rendas operacionais	18	12
TOTAL	12.477	8.017

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento- Cartões (a)	(2.181)	-
Despesas de Descontos Concedidos	(75)	(68)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(20)	(33)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(2.375)	(1.642)



Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(3.368)	(2.520)
Contribuição Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(87)	(485)
Outras Despesas Operacionais	(1.012)	(309)
TOTAL	(9.118)	(5.057)

(a) A partir de abril/2023 o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) adotou um novo modelo de negócio para a distribuição de receitas e despesas na operação de emissão dos cartões, embasado na publicação da Resolução CGOA nº 4/2022 e da Resolução CMN nº 5.051/2022 de que as cooperativas de crédito são coparticipantes do modelo de negócio de emissão.

32. Despesas com Provisões

32.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Provisão para Passivos Trabalhistas	(30)	(40)
Provisão para Passivos Contingentes	(46)	(327)
Reversão de Provisão para Contingências	77	30
TOTAL	1	(337)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

32.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Provisões para Garantias Prestadas	(3.984)	(3.126)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	3.738	2.395
TOTAL	(246)	(731)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

33. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	129
Ganhos de Capital	32	49
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	398
Outras Rendas Não Operacionais	172	-
(-) Perdas de Capital	(59)	(26)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(237)	(1.553)
TOTAL	(92)	(1.003)



34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 30 de junho de 2023 e 2022.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de junho de 2023

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.447	0,43%	103
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.300	0,16%	-
TOTAL	4.747	0,58%	103
Montante das Operações Passivas	5.015	0,82%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO SEMESTRE DE 30/06/2023

Empréstimos e Financiamentos	0,19%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	-
Crédito Rural (modalidades)	0,39%
Aplicações Financeiras	0,73%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 30 de junho de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	2	-	0,02%
Conta Garantida	7	-	0,02%
Financiamentos Rurais	8.277	162	3,65%
Empréstimos	2.711	-	0,32%
Financiamentos	2.972	12	0,68%
Direitos Creditórios Descontados	1	-	-

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.097	0,35%	-
Depósitos a Prazo	15.570	1,33%	80% a 100% do CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1.798	1,29%	85% a 93% do CDI
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	2.957	1,27%	85% a 93% do CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:



Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	PJ 4,48% a.m. à 5,97% a.m. / PF 3,83% a.m. à 6,97% a.m	PJ 2,39% a.m - 5,97% a.m. / PF 2,79% a.m - 6,97% a.m
Conta Garantida	-	1,50% a.m - 2,50% a.m
Desconto de Cheques	1,45% a.m	PJ 1,38% a.m à 4,71% a.m / PF 1,66% a.m à 4,71% a.m
Empréstimos ¹	CDI + 0,30% a.m à 2,95% a.m	CDI + 0,40% a.m à 4,83% a.m
Renegociações	CDI + 0,40% a.m	CDI + 0,30% a.m à 2,88% a.m
Crédito Rural - RPL	-	CDI + 3% a.a à 24,90% a.a.
Crédito Rural - Repasses	7,50% a.a à 10,50% a.a.	3,5% a.a à 9,38% a.a
Aplicação Financeira ²	80% a 100% do CDI	90% a 100% do CDI
Aplicações Financeiras – LCA /LCI	85% a 93% do CDI	85% a 93% do CDI

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	24
Crédito Rural	31.373
Direitos Creditórios Descontados	4
Empréstimos	8.172
Financiamentos	17.167

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	30/06/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	381	362

f) No primeiro semestre de 2023 os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	30/06/2023
Honorários e Cédula de Presença	1.423
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	49

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

30/06/2023	31/12/2022
3.429	3.740

35.2 Cooperativa Central

A SICOOB SUL, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas



exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Ativo	1.373.194	1.087.664
Centralização Financeira - Cooperativas	1.303.161	1.022.881
Títulos e Valores Mobiliários (Investimentos)	56.361	53.487
Outros Ativos Financeiros	13.527	11.284
Outros Ativos	145	12
Passivo	24.634	25.806
Relações Interfinanceiras	2.294	3.593
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	22.000	22.000
Outros Passivos	340	213

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Receita	76.129	939.321
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	311	9
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	72.944	37.760
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	2.874	1.552
Despesa	(6.622)	(4.991)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.522)	(1.025)
Outras Dispêndios e Despesas Administrativas	(1.732)	(1.446)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(3.368)	(2.520)

36. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência	572.294	516.420
Margem de Compatibilização	354.329	320.797
Índice da Basileia	31,51%	31,68%
Margem de Imobilização	269.809	241.868

37. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de **1% a 8%** do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.



As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Contribuição Previdência Privada	(105)	(89)
TOTAL	(105)	(89)

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.



Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;



b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

38.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado



uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.



O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 14 de Julho de 2023.

Luiz Fernando Bonandi	Ediene Maria Messias	Wanderson Vieira da Silveira
Diretor Executivo	Diretora Operacional	Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 761.768.197-68	CPF: 017.142.437-96	CPF: 099.673.817-79